Outro lado: o que dizem TJ-MG e MP-MG

O **UOL** reportou que leis recentes aprovadas graças ao lobby dos cartórios de Minas Gerais abriram brechas para benesses a desembargadores, “penduricalhos” a promotores e supersalários para tabeliães.

A reportagem procurou o TJ-MG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais), o MP-MG (Ministério Público de Minas Gerais), parlamentares e titulares de cartórios.

Parlamentares e titulares de cartórios não responderam.

O que diz o TJ-MG:

A reorganização de serventias extrajudiciais deve ocorrer de forma periódica, nos termos da orientação 07/2018 do Conselho Nacional de Justiça. Vários Estados realizaram o mesmo procedimento. O Supremo Tribunal Federal já decidiu, por unanimidade, pela legalidade de acumulações de serventias, tendo julgado caso ocorrido no Estado de São Paulo, na comarca de Arujá, através da ADI 7.655, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes.

Minas Gerais conta com mais de três mil cartórios, e não se consegue provimento para as serventias de baixa renda. Assim, o setor técnico da Corregedoria empreendeu estudos que levaram à elaboração de um projeto de lei submetido ao Órgão Especial do TJMG e aprovado pelo Colegiado. Posteriormente, o PL foi aprovado pelo Legislativo (LC 166/22), que trouxe a previsão de acumulações e desdobramentos, através de critérios práticos e objetivos, de acordo com os portes das comarcas e dos cartórios, seguindo, nas acumulações, o critério de antiguidade .

A Resolução 1011/2022, do TJMG, que regulamentou a matéria, só foi aprovada em setembro de 2022 (cópia anexa), sendo que o Des. Gilson Soares Lemes deixou a Presidência em 30/6/2022. Portanto, não existe relação da normatização da matéria com o exercício da Presidência pelo desembargador citado.

O tabelião mencionado no item 1 entrou em exercício na Comarca de Raul Soares em março de 2021 (certidão anexa). O profissional em nada foi beneficiado, pois não era o cartorário mais antigo da comarca (certidão anexa) na oportunidade de aprovação da*

mencionada lei. Ele tampouco foi o primeiro a realizar a acumulação de serventias naquela comarca.

Em Minas Gerais, conforme certidão da Corregedoria, já ocorreram 457 cumulações de cartórios, além de vários desdobramentos de cartórios de maior porte. Isso melhorou a qualidade e a agilidade dos serviços cartorários prestados ao cidadão.

A respeito das alterações legislativas relacionadas a taxas e emolumentos dos cartórios extrajudiciais de Minas Gerais, o Tribunal de Justiça esclarece que não foram criadas alternativas para o incremento da arrecadação do Fundo Especial do Poder Judiciário. Os recursos financeiros do Poder Judiciário estadual mineiro são empregados observando a legislação pertinente e as normas do Conselho Nacional de Justiça. Além disso, todos os questionamentos relacionados às atividades dos titulares das serventias extrajudiciais são recebidos e devidamente tratados pela Corregedoria-Geral de Justiça por meio de correições ordinárias anuais ou, quando há denúncia, pelas correições extraordinárias.

O que diz o MP-MG:

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) esclarece que a indenização por despesas com assistência médico-hospitalar, prevista na Lei Complementar nº 182/2025, está em plena conformidade com as Resoluções nº 223/2020 e nº 268/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que disciplinam as hipóteses e diretrizes para a criação de programas de assistência à saúde suplementar destinados a membros e servidores do Ministério Público brasileiro. Ressalte-se que tais resoluções são posteriores à decisão proferida no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF).

Essas normativas do CNMP estabelecem reembolso em percentual de até 15% do subsídio mensal. No âmbito do MPMG, o percentual fixado é inferior ao teto nacional, limitado a até 10%, justamente para assegurar responsabilidade fiscal e compatibilidade com o planejamento orçamentário.

Importa destacar que a norma não cria qualquer benefício novo, tampouco implica aumento de despesas no orçamento da instituição. O dispositivo apenas regulamenta, de forma facultativa, hipótese de indenização de despesas médicas já prevista no § 5º

do art. 167 da Constituição do Estado de Minas Gerais. Trata-se, portanto, de medida compatível com o ordenamento jurídico nacional e já adotada em outras unidades do Ministério Público brasileiro.

Quanto aos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Institucional do MPMG, a regulamentação segue modelo compatível com o adotado por outros estados brasileiros. Os percentuais são fixados sobre os emolumentos dos serviços notariais e registrais, conforme prática já existente para outros fundos públicos estaduais. A finalidade é fortalecer a atuação institucional, com foco em inovação tecnológica, modernização administrativa e aprimoramento dos serviços prestados à sociedade mineira — especialmente na proteção de direitos fundamentais e no enfrentamento à criminalidade.

O MPMG reitera seu compromisso com a legalidade, a transparência, a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e o aperfeiçoamento contínuo de sua missão constitucional em benefício da população de Minas Gerais."

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Corregedoria Nacional de Justiça, trabalha na fiscalização do dever constitucional que os Tribunais têm de realizar concurso público para o cargo de delegatário dos serviços extrajudiciais. Os Tribunais, por força do art. 2º. da Resolução CNJ n. 81/2009, têm o dever de realizar concursos a cada 06 meses para essas atividades, observadas as circunstâncias ali previstas. Havendo algum indício de má-gestão ou demora excessiva, prontamente a Corregedoria intervém para a imediata realização do concurso público.

Por fim, informamos que o Plenário aprovou resolução – ainda não publicada – que determina aos tribunais que façam estudo de viabilidade dos cartórios em 6 meses.